



Anais da Assembléia

Nº 09

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1978 SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Nilso Sguarezi e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DURVAL PACHECO DE CARVALHO.

Requer ainda, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. PÚBLIO PIMENTEL.

O extinto era pai do ex-Governador Paulo Pimentel. Requer, ainda, após aprovação deste requerimento, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, nesta Capital, do Professor DURVAL EDUARDO PACHECO DE CARVALHO.

Pessoa de tradicional família de nossa Sociedade, o extinto era eminente Professor de Engenharia Química na Universidade Federal do Paraná e Engenheiro Químico do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978

(a) Fabiano Braga Côrtes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no último dia 11 de março do corrente, na cidade de Avaré-São Paulo, do Doutor PÚBLIO PIMENTEL, tronco de tradicional família paulista e do qual é descendente o ilustre Dr. Paulo Pimentel, ex-Governador do Estado.

Pede-se, também, que a decisão da Casa seja comunicada à família enlutada, na pessoa do Doutor Paulo Pimentel.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o respaldo do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora IRENE C. SOUTO, genitora do Servidor do Poder Legislativo, Dr. Sérgio Souto, ocorrido na cidade de Campo Largo, em data de ontem.

Requer ainda, que da deliberação desta Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano de Obras para o presente exercício, a ligação asfáltica entre Campina da Lagoa e Guaraniaçu, via Guaporé, até a BR-277.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1978.

(a) Alfredo Gulin.

JUSTIFICATIVA:

A rodovia em questão foi projetada para ser pavimentada no período de 1975 a 1978, e até a presente data só o foi de Campina da Lagoa a Ubatã, ligada à 369.

Saliente-se que aquela região é responsável por grande parte da produção agrícola de nosso Estado, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico do Paraná, e é justo que agora receba o benefício e a recompensa de seus esforços e trabalho.

Frise-se que Guaraniaçu não tem nenhuma estrada que atra

vesse o município, e se a rodovia em questão fosse pavimentada no presente exercício, facilitaria a circulação das riquezas e interligaria os municípios vizinhos, além de economizar quase 100 quilômetros de rodovia para se alcançar a 277, o que redundaria em economia de combustível tão necessária à época em que vivemos.

Assim, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que a maioria dos trabalhadores assalariados recebem as respectivas remunerações ao final de cada mês ou ao início do subsequente;

Considerando que, em consequência, grandes dificuldades se lhes apresentam quando surgem contas a pagar com vencimentos previstos entre os dias 20 e 30 de cada mês;

Considerando, finalmente, que, diante deste fato, seria conveniente adotar o Poder Público, através de seus órgãos competentes, um critério de cobrança com prazos finais de pagamento, sem multas, ao início de meses subsequentes, isto é, 10 dias após os atuais prazos;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e em atendimento à justa reivindicação apresentada por operosos coestaduanos, requer, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Presidentes da Cia. de Telecomunicações do Paraná - Telepar, - Cia. de Energia Elétrica do Paraná - Copel, e Cia de Saneamento do Paraná - Sanepar, solicitando os estudos que se fizerem necessários com vistas à alteração acima apontada.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após a aprovação do Plenário, a remessa de expediente à SANEPAR, consubstanciado em apelo no sentido de que SEJA AMPLIADA A REDE DE ÁGUA NO "JARDIM PIRATINI".

Localizado próximo ao "Pinheirinho", o Jardim Piratini está ligado às Vilas Santo Antônio e São Pedro. Cresceu muito rapidamente e, apesar de já haver sido atingido pela rede de água da SANEPAR, o JARDIM PIRATINI está com mais de 600 RESIDÊNCIAS sem água tratada.

SEISCENTAS CASAS que estão usando água insalubre de poços domésticos, segundo palavras dos senhores: Pedro Ramos Moro, Reinaldo e Daniel Kais, "além das doenças contraídas na água impura que bebemos, as donas de casa ficam desesperadas pela falta d'água quando têm de levar roupa, pois a pouca água dos poços, insuficiente e contaminada, ainda suja-se com facilidade.

O JARDIM PIRATINI, atualmente só possui água tratada na rua "João B. Filho", sua principal artéria. As ruas "Um, Dois, Três, Quatro, Cinco, Seis e Sete", onde residem mais de 2.000 (duas mil) pessoas, estão com suas seiscentas residências abandonadas pela SANEPAR.

Desde 1976, meia dúzia de apelos já foram formalizados à SANEPAR, através de diversos abaixo-assinados. O último deles foi encaminhado no mês passado, contendo acima de 1.000 (mil) assinaturas. Mesmo com esse extraordinário esforço comunitário, não se conseguiu até agora, sensibilizar a SANEPAR.

Senhor Presidente.

Acreditamos que a SANEPAR irá cumprir a solicitação desta Casa, pois trata-se de uma extensão simples da rede distribuidora, para atender uma vila angustiada pela falta de água tratada.

QUE A SANEPAR ATENDA COM URGÊNCIA, É O

QUE REQUER ESTA CASA.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exm^o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine sejam efetuados serviços de compressão nas estradas abaixo, onde foi realizado revestimento com pedras excessivamente gráudas, e não foram, naquela ocasião, compactadas, causando corte nos pneus de caminhões pesados e tornando impraticável o tráfego de veículos, em vista da forte trepidação provocada pelo tamanho das pedras que lá foram colocadas.

1. Estrada que liga Mal. Cândido Rondon a Guaíra, via iPorto Mendes via Mercedes.
2. Céu Azul a Santa Helena, via Diamante D'Oeste.
3. Toledo a São José, via Ouro Verde.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) Alfredo Gulin

JUSTIFICATIVA:

Foram colocadas pedras de exagerado tamanho sobre as estradas acima referidas, cujas pedras não foram comprimidas e agora, estão cortando os pneus de caminhões pesados, causando-lhes sérios prejuízos.

Os veículos que por ali transitam, o fazem pelo acostamento de leito natural, pois é impossível trafegar por sobre as pedras, tendo em vista o seu tamanho, o que provoca uma trepidação bastante acentuada, tendo-se a impressão que desmontará completamente o veículo, causando até lesões internas aos passageiros.

Assim sendo, foi-nos dirigido o apelo, no sentido de que solicitássemos uma compressora para aquelas estradas, comprimindo as pedras e passando saibro sobre as mesmas.

Desta forma, solicitamos dos ilustres Pares, o apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, e na qualidade de Líder da Bancada da ARENA, nesta Casa de Leis, indica os Senhores Deputados FUAD NACLI e BASÍLIO ZANUSSO, para, na qualidade de membros suplentes, integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito que apura fatos relacionados com o Instituto de Previdência do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam enviadas mensagens, via Telex, ao Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel e ao Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, solicitando extensão do prazo de apresentação dos formulários cadastrais do INCRA.

Esta providência se justifica diante da sucessão de problemas que o lavrador está vivendo, em consequência da terrível seca que se registrou, dificultando o cumprimento da exigência junto ao referido órgão público até o dia 15 do corrente.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) Ezequias Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas,

tivas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo CURITIBA ESPECIAL — O LENTO E GRADUAL PROCESSO DE DESVITALIZAÇÃO DO BARNABÉ, publicado à página 8 da edição do dia 09 de março de 1978, do conceituado jornal "Folha de Londrina", cientificando-se o seu autor, Luiz Geraldo Mazza, através de ofício.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental vem requerer, ouvido antes o Plenário, ao Ilmo Sr. Prof. Francisco Borsari Neto, DD. SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, para estudar providências no sentido de revistoriar, proteger com novas cercas, construir pequeno prédio para Museu arqueológico de sambaquís, bem como em convênio com a Secretaria de Agricultura, zelar mensalmente com guardas florestais, as jazidas arqueológicas de SAMBAQUIS existentes nos Distritos de PONTA DO SUL e de ALEXANDRA, no Município de PARANAGUÁ, para que tais e importantes peças arqueológicas dos primitivos habitantes do PARANÁ e quicá do continente, não sejam intrusadas e roubadas daqueles locais, tudo a bem da cultura e do ensino de nossa terra.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. OSIRES STENGHEL GULMARÃES, para que nos informe quais os municípios que ainda não concretizaram convênio com a PRÓSAFRA, e quais os motivos.

O presente pedido, justifica-se pelo acúmulo de correspondência recebida por nós.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1978.

(a) Domício Scaramella

PROJETOS DE LEIS:

PROJETO DE LEI Nº 16/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE APUCARANA", com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no setor educacional, junto à comunidade de Apucarana. Através da Lei Municipal n.º 12/77, de 28/06/77, a municipalidade de Apucarana, em reconhecimento às atividades da Fundação de Ensino Técnico de Apucarana, outorgou-lhe o reconhecimento público Municipal.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos legais, exigidos para o reconhecimento público no âmbito estadual.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 17/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE TERRA RICA", com sede e foro na cidade de Terra Rica.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende com o presente plano de lei, declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Terra Rica, no campo, da filantropia e da assistência social.

A documentação que anexamos ao projeto, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Com isso esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de registrar, neste plenário, a presença do Dr. Dalton Paranaçu, ex-Secretário dos Negócios da Saúde do Estado do Paraná, e Prefeito Municipal de Londrina.

À Sua Excelência, as boas vindas a esta Casa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Fidelcino Tolentino, inscrito. — (Pausa).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Coordenadoria do Cadastro Central da Secretaria de Recursos Humanos, encaminhou, na semana que passou, a todos, ou pelo menos, a quase todos os funcionários da Secretaria de Segurança Pública, uma circular, com os seguintes dizeres:

"Prezado Servidor,

Pelo presente, comunicamos a V. Sª da existência de irregularidades nas informações a seu respeito, registradas no Cadastro Central de Recursos Humanos do Estado do Paraná.

Em razão disso, solicitamos o seu comparecimento neste Setor de Cadastro à Avenida Iguaçu, esquina com Marechal Floriano Peixoto, fundos da Secretaria do Interior em Curitiba, até o dia 15/03/78, impreterivelmente, munido de sua Carteira de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, a fim de corrigir tais irregularidades.

Outrossim, informamos que o não comparecimento até a data prevista, implicará na suspensão imediata de seus vencimentos".

Assina a presente Circular, o Sr. Roberto Domingues, Chefe da CCCRH.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

É incrível o que se passa neste Governo. Os funcionários da Polícia, da Secretaria de Segurança Pública, todo esse tempo, se munuiu de uma carteira, de uma cédula de identidade, expedida pela própria Secretaria; e, agora, resolve, a Secretaria, verificar a falta de competência para expedição desse documento.

Vejam a preocupação desses funcionários:

A maioria recebendo um vencimento que vai da miséria de mil a mil e trezentos cruzeiros, terão um prazo recorde; foi expedida, esta Circular, em menos de cinco dias, para mandarem, para requererem sua cédula de identidade, pelo órgão expedidor, que é o Departamento de Identificação; eles terão que pagar mais de cem cruzeiros pela expedição desse documento. E, aqui está a ameaça àqueles que não apresentarem até a data prevista, a cédula de identidade expedida pelo órgão competente, terão a suspensão, imediata, de seus vencimentos.

É um Estado que não protege o povo e não perdoa, sequer os servidores.

É um Estado que subvenciona, altíssimamente, a perseguição a todos.

Amanhã, entrarei com requerimento perguntando, indagando ao Sr. Roberto Domingues, em que se baseou S. Senhora, para o encaminhamento, ao funcionário público da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, de circular tão exigente, de urgência tão urgentíssima, porque tudo que se vê, neste Estado, parece que só tem um objetivo — o objetivo de extorquir a economia já não existente do povo e, principalmente, do funcionário público do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando a minha passagem por esta tribuna, devo pedir em requerimento, e solicitar aos eminentes Deputados que, após meditarem e acharem justo, peço apoio e aprovação do seguinte requerimento: (Lê): "Requer transcrição nos Anais desta Casa, do artigo "Curitiba Especial o lento e gradual processo de desvitalização do Barnabé", publicado no dia 09 de março de 1978, no jornal "A Folha de Londrina".

E este artigo, Srs. Deputados, é de autoria de um conhecido jornalista, Luiz Geraldo Mazza, e que, através de ofício, queremos que esta Assembléia guarde em seus Anais, o que aqui está transcrito, através desta reprodução xerocada do referido artigo.

Luiz Geraldo Mazza, publicou na quinta-feira, no jornal "Folha de Londrina", e aborda a diferença de tratamento existente entre a administração e os funcionários públicos municipais e estaduais.

Aliás, foi objeto já de nossa crítica, a semana passada, desta tribuna.

"Esclarece, que a defasagem já anteriormente existente em relação aos reajustes concedidos aos servidores federais, agora também se faz notar em relação à área municipal e, conseqüentemente, torna notória a diferença de "status" entre aqueles e o servidor público estadual, que identifica em seu artigo "O lento e gradual processo de desvitalização do barnabé", inserido em sua coluna "Curitiba Especial", como um personagem trágico, abúlico e perturbado ante a dúvida de romper de vez com o serviço público e buscar oportunidades na iniciativa particular ou permanecer à espera de dias melhores, a fim de não perder o acervo que tão duramente acumulou.

Finalizo, dizendo que é feito, em profundidade, para revitalizar esses recursos humanos, seja no sentido de reciclá-los tecnicamente, ou de recuperá-los para um reencontro com a esperança e a segurança, enquanto que seus destinos são regidos por uma minoria privilegiada, cujas posições são mantidas em amarras sólidas ao poder.

Até aí, nada de mais, nada de novo, salvo se essa rápida análise procedida pelo Deputado articulista não houvesse tido comentários à tecnocracia, agora representada pelos "DEAESSEZADOS", de que trata a Mensagem Governamental, que deveria mencionar o reajuste dos vencimentos do funcionalismo, mas paralelamente e que visa estabelecer tratamento privilegiado para elementos estranhos ao Quadro de Pessoal de Serviço Público Estadual.

Péssima hora, "data venia", para se tratar da matéria, quando verdadeiros ocupantes de cargos de direção e de assessoramento superior, às vezes somente de fato ou por amor à arte, prestam relevantes serviços em carreiras legalmente constituídas, tanto no Executivo, como Legislativo e Judiciário, estão aguardando uma reestruturação anunciada há quase uma década e ainda não concretizada, embora existam estudos e mesmo anteprojetos de leis em mãos das autoridades compe-

tentes desde há muito tempo.

A reclassificação de cargos de nível universitário do Tribunal de Justiça do Estado, por exemplo, e que abrange, realmente, cargos de Assessoramento Superior, os quais são imprescindíveis para o funcionamento do Poder Judiciário, há mais de seis anos vem perambulando de uma Secretaria de Estado para outra, sem jamais transformar-se em aguardada Mensagem Governamental.

O mesmo ocorre em relação ao pessoal técnico desta Casa e do Tribunal de Contas, que embora seja merecedor das atenções das direções e respectivas Presidências, dificilmente encontram amparo às suas pretensões por parte do Executivo. A esses funcionários, resta apenas a esperança de que a reestruturação do Quadro da Procuradoria Geral do Estado, que já chega a esta Casa repleta de falhas, possa ser a reabertura para todas as reclassificações que se fazem necessárias em todos os setores da administração paranaense, os quais se apresentam mutilados pelos maléficos e perniciosos efeitos da lei tecnocrática da pseudo reforma administrativa.

Eu acredito que este é um assunto de grande relevância e cujos dados estamos compilando, cujos estudos estamos procedendo, inclusive, contribuir para a operação "DEAESSEZADA", é uma nomenclatura nova, uma terminologia nova, ou uma simbologia que o Governo quer introduzir e que já está repercutindo em todo o Paraná, devido ao seu espírito que vem servir melhor, e que visa beneficiar aqueles que estão ao seu redor.

Agradeço à Presidência esta oportunidade e encaminhamento o requerimento anteriormente mencionado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma Nação não pode viver eternamente amordaçada; uma Nação não pode viver permanentemente em silêncio; uma Nação não viverá, não permanecerá, jamais, eternamente amedrontada.

Estamos, Srs. Deputados, no limiar do retorno à democracia. Vivemos instantes que se apressam a nos levar ao estado de Direito.

O arbítrio, a prepotência e a violência que se instalaram nesta terra, não muito demorará para que se vejam afastados e para que se vejam tangidos, para que desapareçam, dando lugar à pacificação nacional, dando lugar à liberdade, dando lugar ao direito e à justiça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta é a palavra que o meu Partido, o MDB, tem falado e sempre falou, desde quando eleito partido político, desde quando formando em trincheiras democráticas nesta terra.

Esta luta difícil e árdua, que trouxe ao MDB, inclusive, um dos mais grandiosos e doloridos patrimônios, que é o patrimônio de seus mártires, dos seus exilados, dos seus cassados.

Esta palavra que temos falado, este combate que temos combatido, estas lutas que temos travado, prosperou na terra brasileira. As consciências foram se aclarando; bruxuleou aqui e acolá à luz da liberdade e, com o correr do tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outras vozes vieram se unir para que um coral, Sr. Presidente, repetisse em uníssono no Brasil inteiro, que esta Nação cansou, cansou do cativo, que esta Nação cansou da prepotência, que esta Nação cansou da violência, que esta Nação quer paz, quer liberdade, quer direito, quer justiça.

Foram os juristas que falaram, foram os empresários que levantaram a voz, foi o operariado corajoso que firmou posição ao lado desta luta, foi o estudante que não faltou, foi e afora é a Igreja, que se soma a este combate.

É a Nação inteira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se renova, é a Nação inteira que rebusca um caminho, é a Nação

toda que quer atingir a meta que consagra a sua tradição, a meta que consagra sua vocação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Casa já conhece, porque desta tribuna já se falou, do posicionamento adotado em dias passados pelo Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, Comandante do Batalhão sediado em nosso Estado, na cidade de Ponta Grossa.

Não pretendemos, não queremos e nem é de nossa alçada avaliá-lo, e mesmo nos pronunciarmos com respeito à disciplina, à hierarquia e às normas a que está sujeito, e a que deve obedecer o militar. Mas, há nas suas palavras, há no seu pronunciamento e nos desdobramentos que vem ocorrendo, um fator que não se limita à disciplina, um elemento que não é cerceado pela hierarquia, porque é patrimônio aberto de todos. É a idéia, e Sua Excelência traz ao conhecimento, ao debate e à polêmica da Nação, uma idéia; uma idéia que, em essência, se soma à nossa; uma idéia que se junta àquela que temos levantado por toda a terra brasileira.

E é por isso que nós, homens que temos assento neste Parlamento; é por isso que nós, Oposição do Paraná e do Brasil, conclamamos a Assembléia Legislativa do Paraná, concitando-a a se livrar do medo; concitando-a a se colocar de pé; conclamando-a a se virilizar para juntar a nossa solidariedade à luta que é, hoje, de toda a nacionalidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, formalizamos e trazemos à apreciação da Casa, com o endosso de um grande número de Deputados, o requerimento que passamos a ler. (Lê): "Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, requerem expressa e formal manifestação do Plenário, para aprovar a transcrição do inteiro teor da entrevista concedida à imprensa (conforme página 4 do "Jornal do Brasil", de 11/03/78), pelo Ten. Cel. TARCÍSIO NUNES FERREIRA, bem como prestar por parte do PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ, um voto de SOLIDARIEDADE às idéias esposadas naquela entrevista, pelo ilustre militar, que na essência defende o ESTADO DE DIREITO.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) Enéas Faria

Apoiamentos: Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Adalberto Daros, Accioly Neto, Jayme Rodrigues Carvalho, Edilson Alencar, Lineu Turra, Lúcio Machado, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino e Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

Será apresentada oralmente, na discussão e encaminhamento do requerimento, pelos subscritores, conforme disposição regimental".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um ato de coragem; é um ato de valor; é um ato de virilidade. Não pode, Sr. Presidente, ser recebido pelo silêncio; ser recebido pela omissão; ser recebido pela apatia; ser recebido pelo medo.

Ainda bem, Sr. Presidente; ainda bem, Srs. Deputados, que a farda, não abafa no peito do soldado, o coração do cidadão.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito. (Pausa). Não se encontrando presente, consulto ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, se deseja fazer uso dos 20 minutos que lhe restam, no Grande Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Com a palavra, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma das leis mais controversas da última década tem sido aquela que buscou a regulamentação, a disciplina e a normatização do sistema de vendas a crédito, ou de preços à vista, e o seu desdobramento a nível de crediário.

Já havíamos sugerido essa mesma medida ainda no início desta legislatura, aos eminentes Deputados Paulo David da Costa Maia, da minha área de atuação política, e, simultaneamente, ao eminente Deputado e companheiro de bancos acadêmicos, e que hoje pertence à agremiação do Governo, Deputado Cleverson Marinho Teixeira.

No entanto, essa proposição foi levada a debate através de um Deputado de São Paulo e que pertence ao Partido do Governo também, Deputado Herbert Levy. Realmente, sem buscar nenhum apoio, àquele Deputado, ou à agremiação do Governo, mas, simplesmente, para fazer considerações ao espírito desta Lei e também porque fomos, através de nossa Assessoria, quem sugeriu ainda em 1975, a proposição para que lei deste nível, fosse editada; e como afora está sendo considerada de grande alcance social, de grande alcance financeiro, é que tomamos a liberdade de vir a esta tribuna, e requerer, principalmente, friso mais uma vez, buscando a aplicação do espírito que ela deveria trazer e que, na verdade, no meu fraco entender, não trouxe e não disciplinou, porque deixou a critério do Ministério da Fazenda a sua regulamentação e que, aliás, diga-se de passagem, o Ministério da Fazenda trancou, mais uma vez, o espírito que esta lei procurou normatizar.

O requerimento tem a seguinte súmula, Sr. Presidente: "O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Exm.ºs Srs. Secretário da Fazenda, Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais de todos os municípios paranaenses, Associações Comerciais, Sindicatos do Comércio e da Indústria, Federação do Comércio e Indústria do Paraná, bem como a todas as Emissoras de Rádio e Televisão do Paraná, e, ainda, às Gráficas e Editoras, inclusive jornais legalmente constituídos, alertando-lhes sobre a vigência da Lei Federal nº 6.463, de 09 de novembro de 1977, que trata da venda à prazo nos estabelecimentos comerciais.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1978."

À primeira vista, Sr. Presidente, parece até odioso um requerimento que assoberba as finanças deste Poder. Entretanto, trata-se de uma legislação que não chegou, apesar da advertência que faz o Código Civil, na sua Lei de Introdução, de que a lei uma vez feita e editada, a todos alcança e por todos deve ser observada.

Mas esta, segundo se observa nas vitrinas de todas as lojas comerciais, e de chamamentos à televisão de grandes lojas que costumavam fazer, chamamentos para a compra, neste final de semana não observei que esta lei estaria sendo cumprida.

E é com este objetivo, acredito, que é de competência deste Poder fazer chegar a todos os recantos, pelo menos deste Estado, a vigência e a aplicação desta norma que disciplina a venda à vista e à prazo, para haver também, uma regulamentação, uma respeitabilidade da economia popular.

Ela teria, para justificar este requerimento, o espírito desta Lei que torna obrigatória a declaração do preço total de vendas à prestação, pelo seu incomensurável alcance, pode ser considerada, — dizia eu, das mais importantes editadas nesta década e ela diz o seguinte em seu Art. 1º:

— Nas vendas à prestação de artigos de qualquer natureza, e da respectiva publicidade escrita e falada, será obrigatória a declaração do preço à vista da mercadoria, além do número e do valor das prestações mensais a serem pagas pelo comprador".

E no parágrafo único, diz o seguinte:

"É obrigatória a emissão de fatura nas vendas de mercadorias à prestação, da qual, além dos demais requisitos legais, deverão constar, separadamente, o valor da mercadoria e o

custo do financiamento, de forma a documentar o valor total da operação."

E diz o artigo 2º:

"O valor do acréscimo cobrado nas vendas à prestação, em relação ao preço de venda à vista, da mercadoria, não poderá ser superior ao estritamente necessário para a empresa atender as despesas de operação de seu departamento de crédito, adicionado à taxa de custo dos financiamentos das instituições de crédito, autorizadas a funcionar no País."

Observem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta lei e diz a melhor doutrina, que, a lei, para ser justa e equitativa ela deve alcançar a sua objetividade, na medida em que ela é entendida por aqueles que deverão obedecê-la, ou seja, os súditos, em matéria de hierarquia de leis.

E aqui, esta lei diz, no seu artigo 2º:

"Não poderá ser superior ao estritamente necessário".

Lamentavelmente, a técnica que orientou a edição desta lei, que nos perdoe, mas, deixar uma lei desta natureza para ser regulamentada através do Ministério da Fazenda, por Portaria, e, além de tudo, não será, o valor, superior ao estritamente necessário para a empresa atender as suas despesas de operação, observem, que, é possível se fazer a seguinte interpretação desta lei:

Que, se adotou este instituto legal, apenas para disciplinar interesses das companhias financeiras, inclusive, já existe, no País, uma legislação para o financiamento direto, e sabe-se, hoje, que, o dinheiro emprestado, ou o dinheiro que as lojas comerciais usam a título de financiamento, chega a cálculos abusivos e especulativos de, 4,5%, ou mais, ao mês; é o caso de algumas firmas que fazem créditos especiais, de cartões de crédito especiais.

Onde está a economia popular?

Onde está a defesa ao consumidor? Defesa que tanto se fala, que tanto se prega?

Entretanto, no parágrafo único diz o seguinte:

"O limite percentual máximo do valor do acréscimo cobrado nas vendas à prazo, em relação ao preço de vendas à vista, da mercadoria, será fixado através de regulamento baixado por ato do Ministério da Fazenda".

Dispensa qualquer comentário!

"As empresas e casas comerciais que infringirem as disposições desta lei, serão impostas multas dos valores que forem fixados pelo Ministério da Fazenda; dentro de 90 dias, o Ministério da Fazenda expedirá instruções, regulando a fiscalização e o comércio de que trata esta lei, bem como fixará os valores das multas a que se refere o artigo 3º."

E, "a lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Apesar de não haver tratamento com a devida atenção de que é merecedora, e, da simplicidade de seus resumidos cinco artigos, os quais deram ensejo à mais tecnocrata e quase incompreensível regulamentação de que se tem notícia, zelar pela sua imediata e correta aplicação torna-se um dever de todos os cidadãos.

Infelizmente, a grande parte da população brasileira é composta de pessoas que às vezes, por motivos alheios à sua vontade, não tem conhecimento alfabético ou não têm nível de alfabetização adequado, para fazer a interpretação dessas leis.

É com esse objetivo, com esse espírito, Sr. Presidente, que nós estamos encaminhando esse requerimento e procuramos facilitar a sua viabilização através de um requerimento resumido, do qual a Presidência poderá se servir para encaminhar.

Geralmente, por sua humildade, esses mesmos contribuintes ou consumidores, são engolidos ou mesmo devorados, pela ganância comercial acobertada, muitas vezes, por publicidade capciosa, que os levam a fechar péssimos negócios, ferindo e agravando sobremaneira, a distribuição e aplicação da

economia familiar de suas modestas áreas, que, aliás, a "Folha de São Paulo", do mesmo Deputado que propôs a edição desta lei, à "Folha de São Paulo", disse, no sábado passado que 44 milhões de brasileiros que são trabalhadores desse País, apenas 40% recebem até o salário mínimo. E por isso que as leis precisam ser as mais objetivas possíveis para proteger esse financiador dos grandes negócios nacionais, BNHs, dos grandes financiamentos de saneamentos públicos que é o trabalhador a nível de salário-mínimo.

Podemos citar por exemplo, episódios em que — eu cito um exemplo em tese, dentro da própria família, onde uma empregada doméstica, ao pretender adquirir um rádio portátil, a certa época, em 1969, por ser assalariada, não tinha condições de comprá-lo à vista e se propôs a fazê-lo em prestação. O preço a prestações na época seria de Cr\$ 16,00. Conseguiu-se um preço à vista de Cr\$ 8,00. Este Cr\$ 8,00 seria desdobrado em parcelas de Cr\$ 2,00 mensais, em 1969. Posteriormente ela foi a uma loja, e ali estava escrito que poderia ser comprado a Cr\$ 1,00 por mês. E ela preferiu pagar Cr\$ 1,00 por mês num total de Cr\$ 16,00, deixando de adquirir por Cr\$ 8,00 e com a mentalidade firme, defendendo a posição de que ela estava pagando a metade do preço por Cr\$ 1,00 por mês. É este um dos aspectos que nós pretendemos encarar, Sr. Presidente.

A dificuldade que tem o consumidor, apegados aos seus problemas, ao seu problema cotidiano, aos seus problemas de orçamento doméstico, não podem chegar à voragem das prestações que chegam a induzir em erro para pagar muitas vezes, o dobro do preço que vale o produto.

É isso agora, com leis que beneficiam o crédito, e as prestações, estão criando uma série de dificuldades num país que fala de poupança. Dia e noite a televisão está a propalar — poupança. Onde está o estímulo a compras e vendas a prestações, pagando preços especulativos, que muitas vezes, o assalariado não tem condições de pagar.

Então, Sr. Presidente, ao lado desses episódios, podemos citar anúncios que insinuam: "tudo abaixo do preço". Antes o que era Cr\$ 120,00, agora somente Cr\$ 100,00. Mas não esclarece que antes eram cobradas 10 prestações de Cr\$ 120,00, totalizando Cr\$ 1.200,00 o valor total da mercadoria e agora são cobradas 18 prestações de Cr\$ 100,00, totalizando Cr\$ 1.800,00, com 50% de aumento sobre o preço anterior do produto.

Devemos partir do princípio de que a maior parte das nossas casas comerciais, digo, do comércio, são idôneas.

Este é o princípio. E, dentro da sua honestidade, orientam, corretamente, os seus clientes.

Mas, de uma forma ou de outra, o espírito da lei que estamos, agora, a considerar, abrange, indistintamente, todas as organizações comerciais, em proteção ao consumidor, que vem a ser o povo brasileiro, obrigando os pequenos e grandes comerciantes, de Norte a Sul do Brasil, é uma norma de elevado alcance social e passa, apesar de ter sido referendada pelo Ministério da Fazenda, não teve suas origens no Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Compete, portanto, a todas as autoridades, quer federais, quer estaduais, quer municipais, atender para o bom e fiel cumprimento dos objetivos a que esta lei se propõe, aos diversos órgãos de divulgação, mesmo às editoras gráficas que imprimem propagandas comerciais, bem como às agências de publicidade e às associações e sindicatos ligados à área de indústria e comércio. Cabe parte dessa grande responsabilidade, preponderante e de elevado alcance social, primar pela tramitação honesta de todos os dados que esclareçam, devidamente, o consumidor brasileiro, porque é ele que deve ser protegido; o consumidor brasileiro é que deve estar resguardado dessas voragens que avançam na sua economia, respeitando essas nor-

mas, todos estarão contribuindo para a dignificação do bem, e saudável relacionamento que deve haver entre compradores e vendedores.

Eu acredito, Sr. Presidente, que o consumidor está sendo esquecido e as fórmulas que só trazem dispêndio e ruínas à sua economia, à economia popular, pode ser protegida na medida que esta lei é divulgada, para que o próprio consumidor a fiscalize. Na medida em que o próprio consumidor atue perante aqueles especuladores.

E é preciso que se diga, — antigamente, o custo de dinheiro e, eu quero fazer aqui um paralelo rápido, aproveitando o eminente Deputado Federal, nosso amigo, que aqui se encontra presente, é preciso rebuscar que a desvalorização de nossa moeda, o custo de vida, os índices inflacionários, são os mais evidente e publicados em páginas de jornais, uma preocupação constante do Governo que, quando a França tem 9% de inflação, por ano, já é um índice alarmante. Mas, no Brasil, quando só o dólar, encarece, ou desvaloriza a nossa moeda, na base de, aproximadamente, 30%, ao ano, ou mais exato, de acordo com o Ministério da Fazenda, 28,9%, ao ano, somadas as taxas de juros e correção que esse dólar traz para o País, a nível de simplicidade, num cálculo rápido e ligeiro, este dinheiro custará, para o Brasil, aproximadamente, 40%, porque sobre ele ainda tem as taxas de fiscalização, as taxas de serviço e outros aditivos que não me ocorrem no momento.

É preciso que se tenha em mente, não só esse aspecto mas, também, para que o Governo tenha o cuidado maior com o consumidor brasileiro, que esteja atento, não só à inflação mas também ao preço exorbitante dos financiamentos para o consumidor, através das grandes financeiras. E que este eminente Deputado é um dos que detém empresa financeira e bandos neste País. Quem está ganhando dinheiro hoje, neste País, não é senão as grandes empresas internacionais ou os grandes banqueiros, ou as grandes financeiras, ou então as seguradoras, os Montepios e assim por diante.

Sr. Presidente, é com este espírito de não compreender que estas leis que haverão de vir para beneficiar, para proteger o consumidor brasileiro, elas não são aplicadas na justa medida, do seu espírito.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de registrar neste plenário, a presença de S. Ex^a o Sr. Deputado Norton Macedo, da representação da Aliança Renovadora Nacional, na Câmara Federal. Do Senhor Vereador Antônio Machalek, de Curitiba.

Registra, outrossim, a presença no plenário dos índios Mário Jurunã, cacique da Tribo Xavantes, da Reserva São Marcos, no Estado de Mato Grosso. E se faz acompanhar do índio Pio, acessor para assuntos parlamentares.

Consulta a Liderança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o espaço que é reservado ao seu Partido. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 133/77, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que dá nova redação ao Art. 70 e seu

parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16/11/70. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Com emendas de Plenário.

Regimentalmente, a Presidência submeterá à apreciação, as emendas apresentadas em Plenário.

Emenda subscrita pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com apoio regimental. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Aprovada.

Emenda nº 2, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com apoio regimental. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Aprovada.

Em votação o Projeto de Lei nº 133/77. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/77, de autoria do Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mamborê, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deseja responder uma questão de ordem do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, levantada na sessão da última quinta-feira; no tocante à Proposição 538/77, Emenda à Constituição do Estado do Paraná, apresentada a 4 de novembro, subscrita pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo, com apoio regimental, a Presidência esclarece: deu-se entrada no Protocolo sob nº 11.332, em data de 10 de novembro de 1977, foi publicada no Diário da Assembléia, através de Avulso, em data de 11 de novembro de 1977.

Foram distribuídos os avulsos e aberto o prazo por 3 dias para apresentação de emenda em 25 de novembro de 1977.

A Aliança Renovadora Nacional indicou os seus membros para comporem a Comissão, composta dos Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Erondy Silvério e Gilberto Carvalho.

O Movimento Democrático Brasileiro não indicou os membros para comporem esta Comissão Especial, informação do Departamento Legislativo, e a Presidência munuiu-se, também, de informações no protocolo da Casa e fez levantamento no Departamento Legislativo, não encontrando nenhuma indicação da Liderança do MDB em 77, indicando os Srs. Deputados da Bancada do MDB para comporem dita Comissão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela ordem). — Sr. Presidente, segundo informações do Departamento Legislativo, eu penso que até este momento dispensaria outra indagação, da minha parte pelo menos, teriam sido indicados para composição desta Comissão Especial, os eminentes Deputados Nilso Sguarezi e Waldenício Barbalho, e bastava apenas a instalação dessa Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa V. Ex^a: a indicação dos eminentes Deputados Nilso Sguarezi e Waldenício Barbalho, protocolada sob nº 7.548/77, era para compor a Comissão Especial de Emenda à Constituição, no que tange a alterações que se pretende fazer com referência ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A Presidência mantém a informação e presta uma informação ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino: considerando que as reformas editadas em abril de 1977, ampliaram o prazo de análise de 60 para 90 dias, as emendas à Constituição do Estado; e, considerando também que no recesso o prazo interrompe pelo levantamento da Assessoria da Mesa, esta Proposição teve o nº 538/77, disporá ainda de cerca de 30 dias para a análise por este Plenário.

Concedo a palavra, pela ordem, solicitada pelo eminente Deputado Líder do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, nos é estranha e nos causa surpresa a informação que V. Ex^a traz ao Deputado Fidelcino Tolentino e à Casa. Gostaria, Sr. Presidente, como preliminar, de encarecer a V. Ex^a duas informações: a da

ta em que se requereu, ou que deu entrada a Emenda, e a data de informação que V. Ex.^a tem de sua Assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A apresentação da Emenda, 10 de novembro de 1977. Informação do protocolo, sobre as indicações do Movimento Democrático Brasileiro, de nome dos Srs. Deputados para comporem diferentes comissões especiais nesta Casa, data de hoje.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, não vejo problema.

Poderemos, e há tempo hábil, para se sanar o lapso ocorrido. Mas quero dizer a V. Ex.^a para que estes lapsos não voltem a ocorrer, que tão logo assumimos a liderança da bancada, solicitamos à Diretoria Legislativa as informações sobre todas as condições existentes na Casa, em andamento e as que não houveram concluído o seu trabalho.

Recebi, com presteza daquela Diretoria tais informações por escrito nos dando, inclusive, a formalização da comissão de que está tratando agora. Poderei e o farei, Sr. Presidente, no momento oportuno e o mais breve possível, a demonstração deste fato ao Plenário. Mas para que não voltem a ocorrer, Sr. Presidente, seria também interessante que V. Ex.^a determinasse mais zelo e mais cuidado nas informações que são prestadas através de sua Assessoria ou da Assessoria da Casa. De qualquer maneira, supriremos esta omissão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sem qualquer pretensão, de eximir a Assessoria Legislativa da Presidência de qualquer erro no procedimento, a Presidência informa que tem e poderá fornecer a V. Ex.^a e o faz, os protocolos e os nomes dos Srs. Deputados indicados pelo MDB para as diferentes comissões.

Protocolo 7546, indica os Deputados Muggiati Filho e Deni Schwartz para Comissão Especial de Emenda à Constituição que trata da ilegitimidade a Prefeito Municipal.

Protocolo 7547, indica os Deputados Enéas Faria, Fidelcino Tolentino, no que tange à Emenda Constitucional, relacionada à idade de Governador do Estado pretendida de 30 para 25 anos.

Protocolo 7548, indica Nilso Sguarezi e Waldenício Barbalho para Comissão Especial à Emenda à Constituição, no que tange a alterações do Tribunal de Contas do Estado.

Protocolo 7831, indica os Srs. Deputados Muggiati Filho e Maurício Fruet, para comporem Comissão Especial à Emenda à Constituição do Estado, no que diz respeito a reforma penal e penitenciária, mais propriamente no que tange a pena privativa de liberdade em nosso Estado.

Protocolo 7912, que indica os Srs. Deputados para comporem a CPI da Economia do Paraná, Renato Bernardi, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi e Enéas Faria.

Protocolo 7998, que indica os Deputados Renato Bernardi e Valter Pietrângelo para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição do Estado, que trata do problema do menor.

Protocolo 7999, indica Nilso Sguarezi e Waldenício Barbalho, para a matéria que trata da reciprocidade de tempo de serviços solicitando seja oficial.

E Protocolo 8217, da Liderança do MDB, que indica o Deputado Nelson Buffara como membro da Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao Deputado Fidelcino Tolentino.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Fuad Nacli e Basílio Zanusso, para, na qualidade de membros suplentes, integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito que apura fatos relacionados com o IPE. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Durval Eduardo Pacheco

de Carvalho. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Durval Pacheco de Carvalho. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Accioly Neto e Erondy Silvério, constantes do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Públio Pimentel, genitor do Dr. Paulo Pimentel, ex-Governador do Estado. — Aprovados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Irene C. Souto, ocorrido na cidade de Campo Largo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficializado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de estudar providências visando revistoriar, proteger com novas cercas, bem como construir pequeno prédio para museu arqueológico de sambaquis. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, consubstanciado em apelo, visando a ampliação da rede de água no "Jardim Piratini". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações, sobre quais os municípios que ainda não concretizaram convênio com o PROSAFRA, e quais os motivos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficializado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no plano de obras para o presente exercício, da ligação asfáltica entre Campina da Lagoa e Guaraniaçu, até a BR-277. O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem). Sr. Presidente, requero verificação de votação, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Tão logo a Presidência encerre a discussão, atendendo o que pretende, regimentalmente, o Sr. Deputado Deni Schwartz, será feita a verificação de votação, e a matéria será colocada em votação de forma inversa.

Em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin. — Encerrada a discussão. — Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

A Presidência, regimentalmente, terá que consultar os Senhores Deputados que não votaram no plenário, sobre como pretendem manifestar-se acerca da matéria. Como vota o Sr. Deputado Jorge Sato, como vota o Sr. Deputado Gabriel Sampaio, como vota o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

A Presidência encarece os Srs. Deputados, o obséquio de atenderem à verificação de votação. Volta a Presidência a referir-se ao fato de que o Regimento Interno não autoriza, não permite, não acolhe a abstenção de votação.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Alfredo Gulin..

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se; 17 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Presidentes da TELEPAR, COPEL e SANEPAR, visando sejam efetuados estudos com vistas à alteração nos

prazos de cobrança de contas. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine sejam efetuados serviços de compressão em diversas estradas. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República e Ministro da Agricultura, objetivando extensão do prazo de apresentação dos formulários cadastrais do INCRA. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa o artigo "Curitiba Especial — O Lento e Gradual Processo de Desvitalização do Barnabé", publicado no jornal "Folha de Londrina". — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs.

Secretário das Finanças, Prefeitos Municipais e demais autoridades, alertando-lhes sobre a vigência da Lei Federal nº 6463, que trata da venda à prazo nos estabelecimentos comerciais. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, devidamente apoiado, lido da tribuna, solicitando a transcrição da entrevista concedida à imprensa, pelo Ten. Cel. Tarcísio Nunes Ferreira, bem como prestar por parte do Poder Legislativo do Estado, um voto de solidariedade às idéias esposadas naquela entrevista. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

A matéria estará sendo colocada à consideração do douto Plenário, na próxima sessão, em virtude da ausência do "quorum" regimental para deliberação, na presente sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/77.

Levanta-se a sessão.